

PAPEL DOS ESCRAVOS NEGROS APÓS A ABOLIÇÃO

Felipe Quartim Barbosa Cação*
Cyro de Barros Rezende Filho**

RESUMO:

O artigo trata fundamentalmente do papel do afro, ex-escravo, após a abolição da escravatura em maio de 1888. Os dados históricos desde a colonização foram apropriados para revelar as lutas e a maneira como a cultura afro se formou no Brasil, bem como a religião, a relação com o homem branco, de modo a justificar o tratamento com os afros até os anos que precederam 1888 e, sobretudo, a condição resultante nos anos que sucederam a abolição da escravatura.

Palavras-chave: Escravidão, liberdade, Marginalização.

ABSTRACT:

The article is primarily the role of African ex-slaves after the abolition of slaving May 1888. Historical data since the colonization was appropriate to reveal the struggles and the way the African culture took shape in Brazil, as well as religion, the relationship with the white man in order to justify treatment with the afros to the years preceding 1888 and especially the condition resulting in the years since the abolition of slavery.

Key words: Slavery, freedom, marginalization

Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar a relação entre o Homem Branco e o Escravo negro na sociedade do Brasil durante o período colonial até os dias de hoje, focando, contudo, na questão ligada ao papel do negro após a Abolição da Escravatura no ano de 1888. Dessa forma, navega nos períodos históricos relatando as dificuldades e os interesses que faziam parte e justificavam a ação de escravizar pelos Portugueses no Brasil.

No primeiro subtítulo, foram trabalhados, basicamente, os conceitos da escravidão no Brasil e as características que resumem o papel dos negros em sua

* Licenciado em História e pós-graduado (Latu sensu) em Política e sociedade no Brasil contemporâneo pela UNITAU – Universidade de Taubaté.

Email: zetasvati@hotmail.com / gauguin@hotmail.com

** Orientador; Dr. em História, Professor da UNITAU - Universidade de Taubaté.

construção histórica, os interesses econômicos e o papel da Igreja nesse processo. Além disso, ressalta a dificuldade de organização dos próprios devido à distinção da cultura, sobretudo do idioma.

No segundo subtítulo, o texto contorna os principais pontos e transformações, tanto de âmbito internacional como nacional, ocorridos durante o século XIX. E neste íterim pontua e explica alguns processos que, fundamentalmente, levaram aos poucos à abolição da escravatura.

No último subtítulo, o artigo atinge o seu objetivo trazendo a luz fatos que levam a crer o estado ao qual o ex-escravo negro da sociedade brasileira foi submetido depois da abolição. Não obstante, preocupa-se ainda em pontuar as transformações ocorridas no mundo que levaram os negros a uma, relativa, superação da condição de marginalizados uma vez valorizada sua cultura a partir do século XX.

O Escravo no Brasil

Escravizar o negro foi uma forma de ocupar, bem como de tirar proveito das terras descobertas no Brasil. Na faixa tropical, a escravidão, a monocultura e o latifúndio fizeram a economia por aproximadamente trezentos anos. Daqui partiam os produtos tropicais enquanto das metrópoles vinham os produtos manufaturados, numa relação mantenedora. O escravo, neste íterim, representou a maior força de trabalho:

Os escravos estavam em quase tudo na colônia: nas plantações, nos serviços domésticos, nas manufaturas de açúcar, na construção de casas e das estradas, nos açougues, no comércio ambulante, nas lojas, na criação de gado, nas oficinas de sapateiros, dos ferreiros, dos carpinteiros (...). (SCHMIDT, 2007 p.191).

Basicamente, a escravidão esteve sempre muito ligada a Grande Lavoura. Por exemplo, nas fazendas produtoras de café todos os processos eram realizados por escravos africanos, que derrubavam a mata, limpavam o solo, plantavam e limpavam os cafezais, bem como colhiam, tratavam e ensacavam os grãos.

O papel da Igreja, nesse contexto, foi alimentar a idéia de que o negro deveria obediência em resignação à condição de escravo e que estava necessitado de

catequização pelo cristianismo. Além disso, como a Igreja proibia a escravização de índios, a não ser por guerra justa, ou seja, se os índios atacassem os portugueses, o negro africano tornou-se ainda mais a figura fundamental para o preenchimento de quase toda a demanda de mão de obra no Brasil:

Para sua manutenção, além da importância econômica (sendo a exploração do trabalho escravo a principal forma de acumulação de riqueza), foi montado um sistema de justificação e legitimação da escravidão de seres humanos. Teólogos e juristas argumentaram durante séculos a favor ou contra o trabalho escravo... (SOUZA, 2005, p.81).

Outra utilização que fizeram do escravo foi o comércio. O sistema econômico vigente na época era o mercantilismo, por meio do qual o absolutismo se fortalecia economicamente, ou seja, o mercantilismo garantiu a intervenção e o controle do rei sobre as regras comerciais. Cada país europeu desenvolveu características próprias do mercantilismo. “Portugal foi o pioneiro das grandes navegações. Da África obtinha ouro, marfim e escravos.” (SCHMIDT, 2007, p.118)

Desde 1580 que os portugueses vendem escravos vindos da África para o Brasil. Esse comércio foi muito lucrativo ao longo da presença portuguesa, bem como depois da independência, e também fazia girar com importante dinamismo a economia de modo geral.

Os três principais apoios dos portugueses no comércio com a costa africana atlântica eram, desde o século XVI, as ilhas do Cabo Verde..., e na costa entre o rio Volta e o Níger, a ilha de São Tomé..., e Luanda... (SOUZA, 2005, p.82).

A partir do século XVIII, eram os brasileiros que detinham o comércio de escravos entre a costa da Mina e Salvador, e entre Luanda e o Rio de Janeiro.

Enfim, no Brasil a regra geral era que o escravo fizesse o trabalho pesado e gerasse lucro ao senhor, que tinha apenas de obrigá-lo e controlá-lo nas tarefas cotidianas. Geralmente, qualquer que tivesse o mínimo de condições e estrutura financeira obtinha um ou mais escravos para seu patrimônio. Destarte era a sociedade Brasileira, baseada numa relação desigual que permaneceu até mais adiante da Independência do Brasil:

Os centros mais dinâmicos e capitalizados da economia dependiam do trabalho escravo, os intelectuais debatiam a legitimidade ou não da escravidão e todos os que podiam faziam uso de escravos na sua vida cotidiana. (SOUZA, 2005, p.81).

Do ponto de vista cultural, ademais, cabe ressaltar que os senhores chamavam os recém-chegados da África de boçais, ou seja, estúpidos, ignorantes, posto que ainda não conheciam o idioma e nem os costumes, instrumentalizando com isso mecanismos de inferiorização quanto ao valor humano do africano, apontando o comportamento e a religião com desaprovação. Contudo, uma vez adaptados e conformados à situação de escravos, resignados e com um comportamento exemplar, boa qualidade de mão de obra, eram chamados de ladinos. Enquanto isso:

os crioulos eram os que haviam nascido no Brasil, tinham o português como sua primeira língua, quase sempre eram batizados e, pelo menos diante dos senhores, se comportavam conforme os padrões portugueses, que pouco a pouco iam se tornando brasileiros. (SOUZA, 2005, p.89).

O idioma português, nas veias do processo, teve tanto a função de estabelecer a comunicação entre o senhor e o escravo, e este último dependia disso para a própria sobrevivência, quanto para a comunicação entre os próprios escravos; que dependiam disso para a criação de uma peculiar cultura negra, cujo palco foi o Brasil. Compreendemos que:

Algumas vezes pessoas de um mesmo grupo lingüístico criavam línguas novas, resultantes de combinações de dialetos africanos entre si e também com o português. Assim, africanos vindos de diferentes regiões emprestavam uns aos outros crenças e ritos religiosos, lendas, conhecimentos práticos, e iam formando uma cultura africana no Brasil diferente das que existiam na África... (SOUZA, 2005, p.90 e 91).

Mudanças no rumo da História

No século XIX, o sistema tradicional de exploração, ou seja, o escravagista tornou-se obsoleto em favor dos novos valores impressos pelo capitalismo, pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial. O resultado foi a criação de novas

técnicas de exploração. A escravidão, nesse momento, começou a ser revista, conforme aponta Costa (2007, p. 272): “Nos países em que se processou a Revolução Industrial os novos grupos ligados ao capitalismo Industrial que passaram a influenciar a política condenaram a escravidão”.

Entretanto, a abolição da escravatura e o desenvolvimento do capitalismo não se aplicaram tão facilmente em algumas regiões específicas. Havia muitos interesses por detrás da velha estrutura de poder, sobretudo no Brasil. Por conseguinte, a escravidão perdurou por mais tempo e sua dissolução não ocorreu sem suor e sangue:

O processo de desagregação do sistema escravista foi longo e difícil... Esse processo evoluiu diferentemente em cada região, em razão das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas locais. (COSTA, 2007, p.272)

As primeiras manifestações da industrialização no Brasil, embora não tenham tido uma ação diretamente transformadora na sociedade, pouco a pouco, contribuíram para mudanças desenfreadas no século XIX. Isso porque a Independência do Brasil, de imediato, não o levou a uma modernização das estruturas básicas da economia e da sociedade, de modo que o trabalho escravo, bem como o latifúndio e a economia baseada na importação de produtos manufaturados e exportação de matéria prima prevaleceram. Nesse contexto, portanto, a produção industrial nasceu incapaz de fazer frente às necessidades de importação que vinham da Europa, sobretudo dos ingleses, favorecidos por tratados comerciais. Os setores poderosos no Brasil expressavam um liberalismo econômico cuja consistência liberal era defender o próprio interesse de caráter conservador. Assim consta:

Na sua “Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais” condenava o apoio dado pelo governo a certas indústrias e manifestava-se favorável a uma política exclusivamente agrária. (COSTA, 2007, p.273)

Apesar de tudo, uma evidente contradição se expressava no seio dessa sociedade conservadora do Brasil Imperial. Os interesses da camada dominante se chocavam com a própria realidade da constituição do país:

Afirmava-se que a lei é a expressão da vontade do povo. Teoricamente aboliam-se os privilégios e igualava-se a todos perante a lei, mas ao resguardar-se a propriedade como um dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, mantinha-se a contradição... (COSTA, 2007, p.272).

Contudo, a semente da liberdade, plantada pelas duas grandes revoluções do final do século XVIII, já havia germinando nos planos férteis da mentalidade de uma parte da elite econômica brasileira. Eles já estavam familiarizados com as teorias dos economistas clássicos e acompanhavam os debates, na Inglaterra, a respeito da escravidão. Em 1811, Hipólito da Costa já escrevia, pelo *Correio Brasiliense*, que a escravidão não era favorável às leis da natureza e tampouco às disposições morais do homem e propunha que se substituísse o trabalho escravo pelo imigrante. Ademais, no início da década de 1820, logo mesmo após a Independência, alguns intelectuais da época, como José Bonifácio, já denunciavam os malefícios causados pelo sistema escravista no desenvolvimento da sociedade.

Manifestaram-se favoráveis à emancipação dos escravos alguns líderes da geração da independência, como José Bonifácio e Maciel da Costa, homens formados em contato com a cultura européia, no convívio das teorias da ilustração e do liberalismo. (COSTA, 2007, p.276).

De modo geral, reclamavam os abolicionistas que o trabalho escravo dava rendimentos inferiores ao trabalho livre; que inibia o processo de industrialização, inibindo o capitalismo por sua vez; que tornava vil a idéia do trabalho; que punha em risco a segurança nacional visto a violência e o antagonismo que refletia. Em suma, é importante notarmos que a oposição ao escravismo está, nesse momento, em rápido processo evolutivo, impossível de ser freado.

Com o tempo, a opinião pública começou a se manifestar mais severamente contra o trabalho escravo no Brasil. Fazendeiros endividados com a compra de escravos, por exemplo, viram na cessação do tráfico um projeto de desenvolvimento e progresso, de valorização da própria propriedade, contrariando, por sua vez, apenas o interesse dos traficantes e dos lavradores das zonas novas, carentes de mão de obra. Do ponto de vista político, a questão da abolição do tráfico, e mais tarde da escravatura, tornou-se um

objeto de discursos calorosos nos jogos políticos partidários. “Os políticos sentiram o alcance político da questão que apaixonava a opinião pública”. (COSTA, 2007, p.284)

Ademais, a interdição do tráfico foi forçada pelos interesses britânicos:

De outro modo, a marinha inglesa, equipada com navios mais aperfeiçoados e com ordem de entrar nos portos e apresar os navios suspeitos de tráfico, fez recrudescer a vigilância. (COSTA, 2007, p.285)

Por conseguinte, à medida que caminhava o processo de abolição, aumentava a nota de comiseração pelo sofrimento do escravo. Se outrora ignoravam, de modo geral, a questão da abolição enquanto necessidade para uma nova ordem, com o passar do tempo “passaram a eletrizar auditórios, mobilizar a imprensa, comover multidões e a provocar acalorados debates parlamentares”. (COSTA, 2007, p.277)

Contudo, as plantações de café continuavam a se expandir e precisavam de mão de obra. Logo foi criado um comércio interno de escravos, chamado tráfico interprovincial, visando manter a estrutura econômica do Brasil viva embora em seus suspiros finais. O negro está ainda preso pela escravidão: “os escravos do Nordeste em dificuldades eram vendidos para as áreas cafeeicultoras do Sudeste. (SCHMIDT, 2007, p.440)

Entretanto, a escravidão, ao poucos, caminhava para o fim, não só por motivos econômicos, mas também pela luta dos próprios escravos, que explodiam em rebeliões. Em suma, a escravidão era um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, do mercado consumidor e do advento das indústrias, ademais, ameaçava também a integridade dos senhores de terra, que temiam uma rebelião, seguida de tragédias, em suas fazendas:

As idéias de modernidade ganhavam força: o fim da escravidão abriria o caminho para o capitalismo e, com ele, a indústria, a cidade e o progresso. [...] Houve senhor de escravo que fez as contas e concluiu que, em vez de ter escravos, era mais barato contratar o serviço dos imigrantes. (SCHMIDT, 2007, p.451).

A partir do momento que a questão da abolição da escravatura começou a tornar-se um corpo sólido dentro da sociedade brasileira, o processo de mudança começou,

inevitavelmente, a se impor o mais rápido possível. Os conservadores, à frente do processo, visando adaptar os proprietários, criaram as Leis Moderadas. E temendo uma revolução tal qual no Haiti, tanto os abolicionistas quanto os não abolicionistas comungaram do fato de que a liberdade dos negros seria algo inevitável, mas que seria sadia se concedida aos poucos.

Em 1871, foi outorgada a Lei do ventre livre, ou Lei Rio Branco, que garantia que o filho de escravo nascido a partir daquela data não seria escravo pela vida inteira, mas ao máximo até seus 21 anos de idade. Isso garantia tempo para que o dono de terras se adaptasse ao sistema de mão de obra livre. Em 1885, pela Lei Saraiva-Cotegipe, do Sexagenário, libertavam o escravo aos 65 anos. Porém: “Essas leis não foram suficientes. As pressões abolicionistas cresceram. As rebeliões e fugas em massa se multiplicavam” (SCHMIDT, 2007, p.453)

Logo depois, e com poucos votos contrários, uma vez que D. Pedro II se encontrava no estrangeiro a passeio, sua filha Isabel, ou, Princesa Isabel, concordou com a lei já aprovada no Brasil. “Assim, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea.” (SCHMIDT, 2007, p.453)

Com esta lei estava extinta escravidão no Brasil, salvo na clandestinidade.

Papel do escravo após a abolição

Para comemorar a outorga da Lei Áurea, a corte realizou um baile. Cabe ressaltar a condição na qual o negro, ex-escravo, foi inserido. A saber, só puderam entrar como criados. Além disso, não houve espaço para se pronunciarem a respeito, obviamente, como se necessitassem de outra lei áurea para libertarem a voz e a angústia. A lei, em sua finalidade, não garantia qualquer proteção social. Segundo Schmidt (2007, p.451), “Não houve reforma agrária, não indenizaram os ex-cativos, e o governo sequer se preocupou em construir escolas”.

Por fim, os negros tornaram-se trabalhadores muito pobres instalados numa sociedade repleta de preconceitos. Gregório Bezerra, em suas memórias, descreve o relato de um ex-escravo após a abolição: “E tinha saudade da escravidão, porque

segundo ele, naquela época comia carne, farinha e feijão à vontade e agora mal comia um prato de xerém com água e sal.” (COSTA, 1986, p.96).

Com a instauração da República, as idéias de superioridade da “raça branca”, ganharam força por um conceito conhecido por *Eugenia*, que outrora era apenas um estudo científico sobre o cruzamento seletivo comum na agricultura e na pecuária, mas com o tempo, e após o surgimento dos estudos genéticos, e somado aos estudos sociais, tornou-se um movimento político:

(...) composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. (HOBSBAWN, 2008, p.219).

Em resumo, o objetivo era branquear a população, e por efeito, estimulou a imigração de Europeus para substituir a mão de obra agora rejeitada preconceituosamente. A concorrência nos trabalhos agrícolas fez com que o negro, ex-escravo, visto o preconceito contra sua cor, disputasse as funções em desvantagem nas fazendas e cidades; e o imigrante, além da raça, trazia consigo, embora nem todos, a experiência da mão de obra técnica nas indústrias já em franco desenvolvimento no Brasil. “O estímulo a imigração diminuiu muito a possibilidade de que os negros se tornassem trabalhadores agrícolas.” (SOUZA, 2005, p.122).

A repulsa em aceitar os negros, ex-escravos, para trabalhar para os fazendeiros se justificava, basicamente, em dois motivos: primeiro, porque os fazendeiros temiam dos negros reações rancorosas de tempos anteriores, debruçadas na violência – que nesse momento pode ser considerada ação consciente da conquista de direitos – como um componente central de seu espírito libertador; segundo, porque, como já dito, não empregar os negros seria uma forma de eliminá-los, branqueando a sociedade e estimulando a migração européia como compensação da ausência de mão de obra. Eliminar o lado africano significava “Conforme essa maneira de ver as coisas, para o Brasil atingir o mesmo nível das nações mais desenvolvidas deveria eliminar seu lado africano e negro” (SOUZA, 2005, p.122).

O resultado foi que os negros, ex-escravos, optaram por permanecer no campo ocupando pequenos pedaços de terras, ao menos os que lograram tal feito, geralmente

sob um sistema de parceria, nos quais cedia parte de sua produção ao dono da terra que cultivava. Todavia, ao longo do século XX, a migração de negros para a cidade ganhou cada vez mais frequência:

geralmente desempenhavam as funções mais subalternas, uma vez que só alguns poucos afro-brasileiros conseguiam se educar, prosperar nos negócios e ascender socialmente. (SOUZA, 2005, p.125).

Portanto, em grande maioria, habitaram as regiões menos nobres das cidades. O artesanato e a Marinha, no entanto, revelaram-se ótimas oportunidades para uma maior e melhor inserção do negro na sociedade do Brasil republicano.

No que concerne a revolução dos meios de comunicação, como o rádio, o telefone, a ferrovia, automóveis e a imprensa, por assim dizer, contribuíram para que a informação vinculasse ostensivamente no país, e logo, portanto, os ideais de igualdade entre as diferentes categorias sociais, levaram muitas comunidades negras a reivindicar seu espaço dentro da sociedade. Algumas associações foram criadas por grupos que denunciavam o preconceito e a marginalização do negro.

Quanto à cultura afro-brasileira, cabe frisar que foi mantida, ao longo do tempo, com muita dificuldade. Assim, os valores e costumes, bem como as tradições africanas foram passando de pai pra filho ao longo do século XX. Pelos cultos religiosos, reverenciavam espíritos e ancestrais africanos buscando solução e orientação para os problemas do cotidiano:

Nas congadas e nos maracatus festejavam seus reis, dançavam para os santos católicos dos quais eram devotos, representavam episódios nos quais contavam suas histórias de forma teatral e idealizada. (SOUZA, 2005, p.126).

E ainda no tocante à preservação cultural, podemos dizer que os afro-brasileiros com mais estudo e maior consciência política/ social se afastaram de suas tradições e de seus antepassados, assimilando muito mais os valores da cultura branca/europeizada. Isso se explica se compreendermos que a eles interessava os valores da sociedade na qual almejavam se integrar:

Para conquistar lugares equivalentes aos que os ditos brancos ocupavam, os negros assumiam os valores dominantes, deixavam de lado suas tradições com características africanas. (SOUZA, 2005, p.126).

Porém, vinculando os fatos, cabe dizer que o preconceito se acentuava uma vez que a cultura afro também não era valorizada. Em suma, os africanos eram considerados inferiores, primitivos e incapazes de construir civilizações evoluídas como a européia. E em vista disso, as elites brasileiras buscaram eliminar os laços com as culturas africanas. A própria cumplicidade das elites com a miscigenação objetivava menos inserir o africano na sociedade brasileira, mas branqueá-la ao longo do tempo. Ademais, marginalizá-los eliminava grande parte que acabava sucumbida pela miséria: “Já no Brasil, ele ia ficando cada vez mais branco o que pensavam os poderosos, resultaria numa sociedade branca” (SOUZA, 2005, p.142).

Sobre o papel do negro na sociedade brasileira após a abolição, de modo geral, cabe resumir que:

a maioria dos negros e mestiços foi mantida nos segmentos mais desfavorecidos da população, não só pela precariedade das oportunidades oferecidas para a sua educação e aprimoramento profissional, como também pela preferência por pessoas de pele mais clara para ocupar os melhores cargos no mercado de trabalho. (SOUZA, 2005, p.142-143).

Hoje em dia, a cultura africana bem como o afro-descendente são vistos pelo mundo com muito mais valor do que antigamente. No fim do século XIX, o preconceito com os negros tinha sua justificativa na teoria evolucionista de Darwin, interpretada no campo social, que inferia haver uma hierarquia de valores entre os povos, e que apontava para a Europa no topo das civilizações, como afirma Hobsbawm:

Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a "natureza" (HOBSBAWN, 2008, p.219)

Mas as revoluções científicas do século XIX superaram o conceito de Darwin, como afirma Hobsbawm (2008, p.221): “Observadores da virada do século registraram uma "crise no darwinismo" que produziu várias especulações alternativas [...]”.

Por consequência, as especificidades de cada sociedade no âmbito cultural, dos valores, costumes, tradições, têm sido estudadas, valorizadas e incorporadas de maneira geral e “a noção de raça cedeu lugar a noção de cultura” (SOUZA, 2005, p. 143).

Contudo, se por um lado temos hoje uma maior valorização do africano e de sua cultura, temos consciência de que ainda não superamos totalmente o preconceito no Brasil, visto que o tempo e a cultura atual não foram ainda suficientes para apagar a marca que a escravidão imprimiu no Brasil por aproximadamente 300 anos.

Considerações finais

Este texto contém elementos que traduzem um pouco da trajetória do negro na história do Brasil, as dificuldades, a crueldade como foram tratados e o sentido da sua submissão. Desde o princípio da Colonização, podemos observar o papel de objeto no qual o negro africano, vendido como mercadoria, encontrava-se. Durante aquele tempo, podemos observar como os esforços da Igreja, do Estado Português, e nisso a educação, convergem para uma finalidade muito comum: a de subjugar o negro e manter a vitalidade do sistema mercantilista na Colônia. A resistência negra contra a escravidão evidencia o caráter antinatural de como eles eram tratados e a repulsa que sentiam. E, para nós, importa observar que é dessa maneira áspera e hostil que a relação Senhor/escravo, ou Homem Branco/ Negro, desde o início se processava no Brasil.

A partir do séc. XIX observamos que, em conformidade com as transformações universais na economia, na política e na sociedade, o papel do negro começou a sofrer alterações evidentes no cerne do Brasil Imperial. Dessa forma, resultado também de forças políticas internacionais, a escravidão começa a perder o seu papel numa sociedade em transformação; e nisso o negro passou a perder a sua função econômica. Como vimos, foram quase 40 anos entre a abolição do tráfico negreiro e a abolição da

escravatura, tendo algumas leis mediado esse processo, e sob a demagogia da libertação, na verdade estavam a criar uma outra condição de aprisionamento.

Por fim, é lógica a inevitabilidade da marginalização do negro na sociedade brasileira pós-abolição, e isso, tendo em vista o processo histórico, pois é evidente que pelo fato da relação Homem Branco/ Escravo ter sido construída de maneira tão fria, visto que os negros eram tratados como objetos, de maneira áspera, considerando portanto o antagonismo e o tempo, é fato que a liberdade dos ex-escravos, logo após a abolição, só poderia ter vindo por uma mágica, pois não poderiam, os negros, tão rapidamente terem consolidado a sua vitória como homens livres dentro de uma sociedade cujo passado os destinou à violência, ao racismo e à subordinação. O fato, não obstante, é que a liberdade dos ex-escravos não passou do âmbito jurídico, e que se a sociedade foi proibida de prendê-los à terra, agora os marginalizava, escravizando-os assim de outra maneira. De modo geral, concluímos que a mentalidade do brasileiro permaneceu colonial mesmo após as mudanças políticas da escravidão, pois, não tendo acompanhado o processo político, permaneceu o preconceito, a desconfiança e o desdém com relação ao negro. Soma-se a isso o advento da imigração e do conceito de Eugenia. Ambos acontecimentos fortaleciam a marginalização do negro, posto que o primeiro ocupava o papel da mão de obra, e que o segundo alimentava e conservava o preconceito de raça dentro da sociedade.

Além disso, à medida que as cidades cresciam, muitos negros rumavam para elas buscando refúgio para sobrevivência. Devido às condições materiais e sociais, fixavam-se em habitações nas margens da cidade conforme as oportunidades que lhes surgiam. Constituindo sociedade nesses locais, acabavam tendo uma forma de vida alternativa aos grandes centros e isso dificultava ainda mais a integração com o branco, que o via com olhar de superioridade, pois, diferente deles, não estavam submetidos àquela condição. Com a modernidade e o desenvolvimento dos meios de comunicação, é visível como isso instrumentalizou a luta dos negros pela dignidade e respeito pela sua raça. A idéia de igualdade veio conferir maior liberdade e ao invés de serem vistos como inferiores, devido à histórica condição e a sua cor, ocorreu que sua cultura,

conservada em cacos durante o processo histórico, ganhou novo olhar e uma riqueza a altura de ser resgatada, explorada e conservada pelo homem branco.

Em suma, concluímos que a cultura da escravidão não foi abolida quando decretado, juridicamente, a liberdade dos negros, e que a mentalidade preconceituosa, permeada de valores racistas da Europa, vigorou por longa data na sociedade brasileira e dificultou, com isso, a integração do negro, ex-escravo, na sociedade vigente desde o fim do século XIX. Além disso, concluímos também que à medida que disseminavam as idéias de igualdade no Brasil, pouco a pouco o negro se inseria, valorizada a sua cultura, e cada vez conquistava mais espaço.

Referências Bibliográficas

SCHMIDT, Mário. *Nova História crítica*. São Paulo: Editora Nova Geração Ltda. 2007.

SOUZA, Marina de Mello E. *África e Brasil africano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 2. ed. São Paulo: Global editora, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. 8. ed. São Paulo: Global editora, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios* (1875 – 1914) RJ: Paz e Terra, 2008.